



Psicologia & Sociedade

ISSN: 0102-7182

revistapsisoc@gmail.com

Associação Brasileira de Psicologia Social  
Brasil

Debieux Rosa, Miriam; Domingues, Eliane  
O MÉTODO NA PESQUISA PSICANALÍTICA DE FENÔMENOS SOCIAIS E POLÍTICOS: A  
UTILIZAÇÃO DA ENTREVISTA E DA OBSERVAÇÃO  
Psicologia & Sociedade, vol. 22, núm. 1, enero-abril, 2010, pp. 180-188  
Associação Brasileira de Psicologia Social  
Minas Gerais, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309326443021>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica  
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# O MÉTODO NA PESQUISA PSICANALÍTICA DE FENÔMENOS SOCIAIS E POLÍTICOS: A UTILIZAÇÃO DA ENTREVISTA E DA OBSERVAÇÃO

## *THE METHOD IN PSYCHOANALYTIC RESEARCH OF SOCIAL AND POLITICAL PHENOMENA: THE USE OF INTERVIEW AND OBSERVATION*

Miriam Debieux Rosa

*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil*

Eliane Domingues

*Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Brasil*

### RESUMO

A discussão sobre métodos de pesquisa deve ser referida à perspectiva epistemológica e teórica que lhe dá sustentação, uma vez que a teoria, o objeto e o objetivo de pesquisa é que devem definir qual o método mais adequado. Partindo desse pressuposto, apresentamos, neste artigo, algumas das controvérsias que acompanham a temática da pesquisa psicanalítica fora do contexto da clínica, a pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos, com ênfase na especificidade que as técnicas chamadas de coleta de dados (entrevista e observação) assumem na pesquisa. Finalizamos com duas recomendações aos que trabalham nessa perspectiva: a necessidade de atentar para as determinações históricas e sociais dos fenômenos em estudo e o cuidado com a delimitação dos campos.

**Palavras-chave:** métodos; pesquisa; psicanálise; entrevista; observação.

### ABSTRACT

The discussion on research methods makes more sense when referred to a theoretical perspective, taking into account that, the theory, the object and the research objective are responsible for defining the most appropriate method to be used. Based on this assumption, the present study shows some ideas on the specificity that the techniques of data collection - interview and observation - assume in the research. In addition, some of the controversies that involve subjects related to psychoanalytic research out of the clinic context are discussed. The study is concluded with two recommendations to the professionals that work in such perspective: there is a need to focus on the historic and social determinations of the phenomena under investigation, and to take care with the delimitation of the fields.

**Keywords:** methods; research; psychoanalysis; interview; observation.

A discussão sobre métodos de pesquisa deve ser referida à perspectiva epistemológica e teórica que lhe dá sustentação, uma vez que é a teoria, o objeto e o objetivo de pesquisa que devem definir qual o método mais adequado. O método “não é um a priori da pesquisa, ele faz parte dela, ... é sempre um caminho provisório para entender uma determinada questão” (Furlan, 2008, p. 25). Partindo desse pressuposto, apresentamos, neste artigo, algumas das controvérsias que acompanham a temática da pesquisa psicanalítica fora do contexto da clínica, a pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos, com ênfase na especificidade que as técnicas chamadas de coleta de dados (entrevista e observação) assumem na pesquisa. Entendemos que essas técnicas possibilitam um contato direto com os sujeitos referidos

ao fenômeno a ser investigado, e sua utilização compõe um dos caminhos possíveis na pesquisa psicanalítica.

A psicanálise fora do contexto da clínica é controversa e recebeu diferentes denominações. Em Freud, ela é chamada de psicanálise aplicada, em Laplanche, de psicanálise extramuros e, em Lacan, de psicanálise em extensão.

Em Freud, a psicanálise aplicada incluía a própria prática clínica, e é questionada a separação entre, de um lado, a análise, e, do outro, as aplicações da análise, como nos mostra o trecho abaixo:

Por razões práticas temos adotado a norma – que incidentalmente também rege nossas publicações periódicas – de separar a análise médica das aplicações da psicanálise. Esta distinção, não obstante, não é

correta, pois em realidade a linha de divisão está entre a psicanálise científica e suas aplicações, tanto na Medicina como nos campos não médicos. (1) (Freud, 1926/1973, p. 2958)

Se em Freud a “linha de demarcação” separava a psicanálise científica (teoria) de suas possíveis aplicações (incluindo a prática clínica), depois de Freud a “linha de demarcação” passou a separar o que seria uma aplicação da psicanálise aos campos não clínicos como: os fenômenos sociais, a cultura e a arte (esses assumem o sentido praticamente exclusivo do termo psicanálise aplicada) de um lado, e, do outro, o que seria a teoria psicanalítica e sua aplicação à prática clínica (esse se tornou o sentido em que se passou a falar de uma psicanálise “pura”, sem adjetivos, propriamente dita). A prática clínica, colocada ao lado da psicanálise científica, passou a ser entendida como o lugar de produção do conhecimento, enquanto a psicanálise aplicada passou a ser entendida como lugar de mera aplicação e demonstração dos conceitos psicanalíticos e a ser objeto de inúmeras críticas (Plon, 1999).

Posteriormente, essa concepção passa a ser desfeita. Laplanche (1992) propõe a denominação de psicanálise extramuros para a psicanálise fora do contexto de tratamento e critica a noção de “aplicação” da psicanálise. Essa noção, segundo ele, traz a ideia do desenvolvimento de uma teoria e metodologia num campo privilegiado (tratamento) para depois ser transferida para outros campos (extratratamento). Destaca que textos importantes para o desenvolvimento da psicanálise são extramuros e que esse tipo de pensamento nunca é secundário em Freud.

A denominação psicanálise em extensão foi proposta por Lacan na Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola, em que distingue a psicanálise como intensão da extensão. A primeira, a doutrina, diz respeito ao processo e produto da análise. A segunda, a psicanálise em extensão, diz respeito a “tudo o que resume a função de nossa Escola como presentificadora da psicanálise no mundo e a psicanálise em intensão, ou seja, a didática, como não fazendo mais do que preparar operadores para ela” (Lacan, 1967/2003, p. 251). A psicanálise em extensão está na dependência da psicanálise em intensão para diferenciá-la de uma sociologia quantitativa. “Repensa a ordem institucional em função de uma primazia atribuída à ordem teórica. E esta ordem teórica ele a deduz da experiência do tratamento enquanto passagem pela castração e pelo mito edipiano”, aponta Roudinesco (1994, p. 476).

Entender os estudos de psicanálise aplicada em Freud como mera aplicação da clínica é uma das controvérsias que acompanham a temática. Existem outras (2), algumas das quais serão discutidas aqui, tais como: a psicanálise teve origem na clínica e deveria se restringir

a esse campo; a psicanálise é uma ciência da realidade psíquica, e não concernente ao campo social; só é possível pesquisa psicanalítica na clínica ou, quando essa é admitida fora da clínica, é somente para confirmação dos seus achados.

Sobre a ideia de que a psicanálise teve origem na clínica e deveria se restringir a esse campo, Mezan (1995) diz que “desvendando os processos inconscientes, (a psicanálise) não teria por que se privar de demonstrar o funcionamento de tais processos em outros domínios da atividade humana” (p. 136). Mesmo que seus conceitos tenham origem na clínica, “a psicanálise é uma ciência como outras, um corpo de conhecimento coerente e subsistente por si mesmo, passível de ‘aplicação’ em territórios estranhos àqueles em que se formaram seus conceitos” (p. 127).

Não obstante o interesse de Freud pela sociedade, não é suficiente para resolver os problemas epistemológicos colocados com a “aplicação” de uma ciência do sujeito e da realidade psíquica ao campo social e da realidade histórica. Tais problemas, porém, não inviabilizam uma proposta de pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos (Enriquez, 2005). Em favor de uma abordagem psicanalítica do campo social, Enriquez argumenta que: “A psicanálise não é apenas uma ciência da psique isolada, ela é concernida (pelo) e ela concerne diretamente ao social.... O método da escrita das obras sociológicas de Freud é coerente com a démarche adotada no tratamento, ele faz descobrir.” (p. 158).

Para Enriquez (2005), de certa forma, a sociologia e a psicanálise têm o mesmo objeto de estudo: “a criação e evolução do laço social”. Enquanto a primeira está centrada nos aspectos objetivos das interações sociais, a segunda se detém sobre sua dimensão inconsciente, que abrange o modo como os sujeitos se enredam nos fenômenos sociais e empreendem ações coletivas, o imaginário social e coletivo, os processos de identificação, a repressão, a canalização das pulsões – que, por sua vez, são demandados pela sociedade. O método de escrita das obras sociológicas de Freud, por sua vez, está ligado a sua postura de analista que busca a descoberta. Essas obras, como as demais, não foram logicamente construídas, estão repletas “de quebras, de idas e vindas, de hipóteses avançadas, mal desenvolvidas, às vezes abandonadas progressivamente no desenrolar do texto, de repetições, de sugestões ou, ainda, diálogos.” (Enriquez, 2005, p. 160) Quer dizer, o método de escrita dos seus textos sociais é o mesmo adotado na sua metapsicologia, nos textos clínicos; não é mera transposição ou aplicação de uma teoria já elaborada, e sim constitui o processo de construção do seu sistema de pensamento.

Por sua vez, a direção para lidar com os eventos sociopolíticos envolve o modo de intricação teoria-prática próprio da psicanálise, afirma Roudinesco (1994),

gerando uma produção diferenciada da sociologia quantitativa e contribuindo com algo mais próximo à crítica social. Nessa direção, a autora destaca três dispositivos para sua crítica da sociedade, distribuídos nos registros do simbólico, imaginário e real: o mito edipiano, como o fundador das sociedades modernas; a função da identificação, como presente na Psicologia das Massas e problema para a formação das sociedades de psicanálise; e, por fim, no século XX, o advento do sujeito da ciência, fenômeno fundamental, segundo Lacan, cuja irrupção foi mostrada no nazismo (Roudinesco, 1994).

Já no que diz respeito à impossibilidade de fazer pesquisa psicanalítica fora da clínica ou a sua utilização somente para confirmação da clínica, podemos citar Farias (1996) como um dos adeptos dessa visão. Para Farias, a pesquisa psicanalítica é uma pesquisa do particular, e a sessão clínica (psicanálise em intensão) pode ser “entendida como a experiência do particular”, em que o analista escuta a fala do analisando e nele intervém por meio da interpretação, produzindo-lhe uma mudança subjetiva. Por sua vez, a psicanálise em extensão, na visão de Farias, é:

o desenvolvimento de uma metodologia que permite o acesso a uma vertente da subjetividade do sujeito por canais outros que não o da palavra. Trata-se de um campo que tem por objetivo retificar os pressupostos da teoria psicanalítica, sendo também a relação da psicanálise com outros campos do saber (1996, p. 34).

Em contraposição, Rosa (2004) entende que a escuta psicanalítica é possível também em outros contextos que não a clínica, pois “o inconsciente está presente como determinante nas mais variadas manifestações humanas, culturais e sociais. O sujeito do inconsciente está presente em todo enunciado, recortando qualquer discurso pela enunciação que o transcende” (Rosa, 2004, pp. 341-342). Logo, é possível a escuta psicanalítica a partir do diálogo comum, de entrevistas e depoimentos, desde que se guardem os requisitos básicos da psicanálise.

Mezan (1994) discorda de que a pesquisa psicanalítica tenha um sentido único e diferencia o trabalho do clínico daquele do pesquisador:

O analista em função, digamos assim, quando está trabalhando, se diferencia do pensador, do que tenta teorizar ou compreender, por uma distribuição diferente de investimentos entre o processo primário e secundário. No trabalho clínico, a atenção flutuante e a livre associação são estímulos para que o processo primário ganhe uma intensidade que na vida real ele não pode ganhar. (p. 59)

Durante uma sessão, o analista não vai ficar se questionando sobre o que o paciente tem, sobre o significado de seus sintomas: esse trabalho começa quando o paciente sai e o pesquisador entra em ação (Mezan, 1994). Assim, devemos diferenciar o trabalho na clínica da pesquisa clínica.

Para Elia (2000), toda pesquisa em psicanálise é uma pesquisa clínica, não por utilizar a clínica como campo, mas por ser a clínica a forma de acesso ao sujeito do inconsciente.

Toda pesquisa em psicanálise é clínica porque, radical e estruturalmente, implica que o pesquisador-analista empreenda sua pesquisa a partir do lugar definido no dispositivo analítico enquanto o lugar do analista, lugar de escuta e sobretudo de causa para o sujeito, o que pressupõe o ato analítico e o desejo do analista (p. 23).

Assim, os princípios norteadores da pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos, a psicanálise extramuros, aplicada ou em extensão, põem em jogo a “constituição de um campo de experiência no qual os fundamentos epistêmicos – e, por derivação, metodológicos – são os mesmos que sustentam a prática de uma ética, a ética da psicanálise” (Poli, 2005, p. 43).

## O método na pesquisa psicanalítica

A psicanálise surge no contraponto do método da ciência calcado no cogito cartesiano: lá onde penso não sou. O eu que conhece não se interroga, adquire concretude e toma suas figurações como verdades, conhecimento da realidade. No contraponto da razão/lógica, a sexualidade no sentido freudiano – construção do sujeito pautada nas bordas construídas por e entre ele e o outro – comparece para dimensionar a existência, o sentido da vida. Ao retirar o caráter de doença da histérica – e mostrar que não há apenas organismo doente, mas uma das modalidades de expressão do sofrimento na relação com o outro, Freud demonstra que sintoma é mensagem da conflitiva pessoal, familiar e sociopolítico-libidinal. Assim, falar de sujeito é falar de uma concepção ético-política, e não de uma faceta do indivíduo recortado em bio/psico/social, sujeito produto e produtor da rede simbólica que caracteriza o que chamamos o social e o político. Desvendar um é desvendar o outro. O método para alcançar sua mensagem tem como via de acesso a palavra. O saber, a criação de novos saberes, só será instaurado pela transferência que supõe a relação de pelo menos dois inconscientes, a escuta de um outro.

A psicanálise porta uma dimensão própria de sujeito e de objeto, a qual constitui o seu método específico de pesquisar e em que o desejo do pesquisador faz parte da investigação e o objeto da pesquisa não é dado a priori, mas sim produzido na e pela investigação. Pautada pela dimensão do enunciado e da enunciação do discurso, a pesquisa psicanalítica produz conhecimento interceptando a transmissão de dogmas e de idealizações, mediante o conhecimento de uma série de contextos e histórias, acrescido de articulações fora da história oficial.

Mais do que pelo tema e lugar, a pesquisa em psicanálise se define pela maneira de formular as questões.



No caso da pesquisa de fenômenos sociais e políticos, o esforço em estabelecer um diálogo interdisciplinar para exame de acontecimentos complexos, o diálogo supõe, para além de explicitar conceitos fundamentais e os fundamentos do campo, também indicar a metodologia, ou seja, o modo de abordar o fenômeno (Rosa, 2004).

Exemplificamos a passagem de um campo para o outro e as contribuições da psicanálise para o campo político e social com a troca de correspondência, o diálogo entre Einstein e Freud (1932/2004) em torno da guerra (Rosa, 2007) travado em 1932, às vésperas da II Guerra Mundial e da ascensão de Hitler, em 1933: “Existe alguma forma de livrar a humanidade da ameaça da guerra?” (p. 1), pergunta Einstein. Freud não se furta a responder, mas, mesmo ao concordar em alguns conteúdos, vai marcando suas posições. Nessa época, já havia escrito a maior parte de sua obra e nas respostas evidencia uma concepção de subjetividade, de sujeito do inconsciente – dizemos depois de Lacan – e suas posições de cunho sociopolítico, já expressas em textos que nos falam de guerra, de morte e do laço libidinal que une os humanos, da essência da dominação que se exerce sobre eles com seus acordos e representações imaginárias de seu desejo. Todo o esforço de Freud foi justamente o de substituir a questão filosófica sobre uma política racional pela análise das origens da dominação e leis de submissão.

Assim gostaríamos de, destacando alguns pontos desse diálogo, apontar o modo como a psicanálise pode contribuir em temas como guerra, paz, mal-estar e transformação social.

Einstein pensa que a guerra é “o mais urgente de todos os problemas que a civilização tem de enfrentar” (p. 1) e demanda a Freud:

Existe alguma forma de livrar a humanidade da ameaça de guerra?.... Meu pensamento não me permite uma compreensão interna das obscuras regiões da vontade e do sentimento humano. ... O senhor será capaz de sugerir métodos educacionais situados mais ou menos fora dos objetivos da política, os quais eliminarão esses obstáculos. (Einstein & Freud, 1932/2004, p. 1)

Freud é aqui convocado como um especialista das dimensões obscuras das regiões da vontade e do sentimento humano, situados mais ou menos fora dos objetivos da política. No entanto, os fundamentos teóricos, metodológicos e éticos da psicanálise pretendem ultrapassar a dicotomia indivíduo-sociedade e as hipóteses de influência mútua. Essa preocupação encontra-se presente em Freud (1921/1973) quando afirma que toda psicologia é social. A dicotomia indivíduo e sociedade cria uma falsa ilusão de autonomia. O sujeito do inconsciente não é intrapsíquico, nem adjetivado por características x ou y, nem é do bem ou do mal. É constituído a partir do desejo do outro, recriado a cada relação com o outro, e depende da modalidade de laço social. Esse

laço, discursivo, pode fazer surgir o melhor ou o pior, e o pior pode estar travestido de saber o bem do outro.

Einstein formula uma última questão: “É possível controlar a evolução da mente do homem, de modo a torná-lo à prova das psicoses do ódio e da destrutividade?” (p. 2). Conclui retomando o interesse em descobrir maneiras e meios de tornar impossível qualquer conflito armado, e solicita: “seria da maior utilidade para todos nós que o senhor apresentasse o problema da paz mundial sob o enfoque das suas mais recentes descobertas, pois uma tal apresentação bem poderia demarcar o caminho para novos e frutíferos métodos de ação.” (Einstein & Freud, 1932/2004, p. 2).

Um desafio e tanto. Freud inicia sua resposta: este é um assunto para estadistas, e aborda a questão pelo ângulo para o qual dispõe de instrumentos: vai “delimitar o problema da evitação da guerra, tal como ele se configura aos olhos de um cientista da psicologia. No mais, contentarei com confirmar tudo o que o senhor disse, ampliando-o.” (Einstein & Freud, 1932/2004, p. 3). Segue sua argumentação em algumas bases: discute a relação entre o direito e o poder, substituindo a palavra “poder” pela palavra mais nua e crua “violência”. Essa estratégia faz lembrar a insistência com que lhe pediam que substituísse a palavra sexualidade por energia para facilitar a aceitação da psicanálise, ao que ele responde que ceder em uma palavra é ceder em três quartos do pensamento. Com pequenos deslocamentos, vai elucidando os passos do processo que omite, recalca a violência contida na lei.

Freud retoma a articulação entre estes dois termos – violência e lei – dizendo que, atualmente, direito e violência se nos afiguram como antíteses. No entanto, é fácil mostrar que uma se desenvolveu da outra. É, pois, um princípio geral que os conflitos de interesses entre os homens são resolvidos pelo uso da violência. Introduz a dimensão do conflito e suas formas de manifestação via violência, lei ou política. Explana que a violência se contentou em subjugar em vez de matar, para que o inimigo pudesse servir ao vencedor, mesmo com o risco de ocultar a sede de vingança do vencido, o que significa fazer o caminho da violência à criação da lei, para antecipar-se ao risco de rebelião. Diz o autor:

As leis são feitas por e para os membros governantes e deixa pouco espaço para os direitos daqueles que se encontram em estado de sujeição. Estaremos fazendo um cálculo errado se desprezarmos o fato de que a lei, originalmente, era força bruta e que, mesmo hoje, não pode prescindir do apoio da violência (Einstein & Freud, 1932/2004, p. 4).

Conclui que é impossível estabelecer qualquer julgamento geral das guerras de conquista. Algumas são malefícios; outras, pelo contrário, contribuíram para a transformação da violência em lei, ao estabelecerem unidades maiores, dentro das quais o uso da violência se

tornou impossível e nas quais um novo sistema de leis solucionou os conflitos. Aponta aqui que o conflito não se resolve com a submissão de uma das partes, mas sim com a transformação social que abranja o grupo excluído. Alude a que o recalcado mantém-se como ameaça, retorna como sintoma ou como nova onda de violência. Não há como impedir a transmissão, os fragmentos da cultura renegada mantêm-se e em determinadas condições e se reorganizam (Freud, 1939/1973).

Em sua resposta, Freud evoca sua posição política de que há três impossíveis: educar, analisar e governar. Governa-se, mas não integralmente: existe a esperança de superar as opressões e o totalitarismo, os pensamentos únicos, as universalidades, os modelos tão insistentes em nos constranger, apesar da aparente liberalidade. Apresenta outra ética – a do inconsciente, que abarca a potência do desejo que faz valer o saber criativo para além da obediência às regras.

Outro aspecto é debatido por Freud: o fato de ser tão fácil inflamar nos homens o entusiasmo pela guerra. Concorda parcialmente com Einstein em que há uma pulsão (3) de ódio e de destruição, mas contextualiza dizendo que as pulsões humanas são de apenas dois tipos: aquelas que tendem a preservar e a unir – que denomina *eróticas* – e aquelas que tendem a destruir e matar, as quais agrupa como pulsões agressivas ou destrutivas. Entretanto, alerta:

Não devemos ser demasiado apressados em introduzir juízos éticos de bem e de mal. ... A fim de tornar possível uma ação, há que haver, via de regra, uma combinação desses motivos compostos. ... De forma que, quando os seres humanos são incitados à guerra, podem ter toda uma gama de motivos para se deixarem levar – uns nobres, outros vis, alguns francamente declarados, outros jamais mencionados. Não há por que enumerá-los todos. Entre eles está certamente o desejo da agressão e destruição facilitada por sua mistura com outros motivos de natureza erótica e idealista – por exemplo, no caso das crueldades da Inquisição – é como se os motivos idealistas tivessem assomado a um primeiro plano na consciência, enquanto os destrutivos lhes emprestassem um reforço inconsciente. Ambos podem ser verdadeiros. (Einstein & Freud, 1932/2004, p.6)

Freud conclui que de nada vale tentar eliminar as inclinações agressivas dos homens. A garantia de bem-estar social, a eliminação do conflito, não passam de ilusão. A descoberta “política” da psicanálise é a de que o sujeito está sempre tentado a economizar o trabalho psíquico para assumir a insatisfação fundamental que caracteriza nossa condição humana, em prol de um discurso social que lhe dá a ilusão de que a ordem simbólica não carrega mais em si, como estrutural, essa inevitável decepção (Einstein & Freud, 1932/2004).

Aqui estão alguns princípios importantes: a ilusão e o mal-estar. Não por acaso o humano se move pela crença

e segue de ilusão a ilusão. Talvez a maior delas seja a de pensar a história a partir de um desenvolvimento linear em relação ao progresso, ao saber, à moralização dos estados, ao direito e à paz eterna. Acreditar nisso é negligenciar a história real, a qual nos mostra que toda conquista de amor entre os homens se paga com uma agressão a algum outro grupo; e se é verdade ser sempre possível juntar uns aos outros na massa, isso só é factível se alguns ficarem de fora para receber a agressividade dos demais.

Outras questões são formuladas, como: “Por que o senhor, eu e tantas outras pessoas nos revoltamos tão violentamente contra a guerra? Por que não a aceitamos como mais uma das muitas calamidades da vida?” (p. 8). Em sua resposta questiona o belicismo e o pacifismo – ambos negam o mal-estar, o conflito inerente à vida em sociedade. O fecundo diálogo continua (4) e exemplifica o modo como Freud acolhe a questão política e social a que é convocado, mas indica seu método de investigação pautado na clínica, teoria e epistemologia psicanalítica. Dessa forma, pode apontar as contribuições para a análise dos fenômenos sociais e políticos que foram possíveis com os avanços clínicos e teóricos nessa altura já desenvolvidos com a contribuição inédita de Freud, que marca uma posição ético-política quando inclui os avatares dos sujeitos nesses fenômenos.

Esse exemplo demonstra como o método psicanalítico vai do fenômeno ao conceito e constrói uma metapsicologia não isolada, mas fruto da escuta psicanalítica, que não enfatiza ou prioriza a interpretação, a teoria por si só, mas integra teoria, prática e pesquisa. O conceito psicanalítico deve sair da própria trama sem se descuidar de como se afirma no solo da teoria. Não há um sentido único para cada conceito, e sim uma articulação com a trama teórica, com a prática, com os pares. Essa é a relação teoria e prática em psicanálise. A prática não tem sabedoria própria – ela suscita ideias a princípio indeterminadas. Por via da construção e do trabalho do conceito – que nunca acaba de se formar, pois, uma vez fixado, despotencializa-se como conceito –, a Psicanálise voltada para o singular produz o trabalho teórico. É nessa relação que é possível construir, ultrapassar o já dito, construção que não se sustenta em uma linearidade e em que teoria e prática não têm autonomia. Tal trabalho visa demarcar regiões (promover separações), os elementos comuns vão sendo destacados a fim de constituir a questão a ser estudada.

### A observação e o campo psicanalítico

Na ciência positivista, acredita-se que o fenômeno independe do observador; o pesquisador é aquele que registra o fenômeno tal como ele é, a observação vem antes da teoria. Dessa maneira, afirma Celes (2000) que a pesquisa científica é um procedimento de fazer ver, e a

metodologia é o método de observação. A observação é o fundamento da pesquisa científica, e o método regula ou normaliza o trabalho de constituir uma situação adequada de observação na qual o que se observa se apresenta como observado (ou observável), isto é, como objetivo. O trabalho de pesquisa teórica é o trabalho de objetivação: fazendo ver, tem o objetivo de tornar constante a presença do objeto, isto é, torná-lo objetivo. A primazia do “ver” na pesquisa científica se traduz como o controle metodológico do método da pesquisa científica. O trabalho da pesquisa científica é uma atividade planejada e controlada que faz “ver” algo que já se sabe, que é esperado. Na pesquisa científica, o ente que nós somos se constitui sujeito da observação e do conhecimento, este intuído na observação do que, objetivado, se mostra, mas se mostra como objetivo, isto é, independente daquele que observa, portanto, do sujeito. O conhecimento científico é ou pretende ser – afirma-se – objetivo.

Essa visão sobre a observação na ciência já foi muito questionada, e, entre seus questionadores, está Hanson (1975). Em seu texto Observação e Interpretação, o autor argumenta que observar já é interpretar, que a teoria antecede a observação e direciona o olhar do pesquisador para o que irá observar. Embora Hanson não esteja preocupado com a transferência e se refira à ciência de uma forma geral, e não especificamente à psicanálise, suas ideias são importantes para pensar a observação na pesquisa psicanalítica.

Assim como Hanson (1975), Bleger (1980) também defende que, na ciência, a teoria precede a observação e orienta o olhar do observador. Segundo Bleger (1980), não há etapas rígidas na pesquisa: primeiro observação, depois hipóteses e por último verificação. Pois entende que a observação já é orientada por certos pressupostos, que as hipóteses são modificadas pela observação, a observação pelas hipóteses/pressupostos. Para ele: “observar, pensar e imaginar coincidem totalmente e formam parte de um só e único processo dialético. Quem não utiliza a sua fantasia poderá ser um bom verificador de dados, porém nunca um investigador”. (p. 21)

Dessa forma, a observação, na pesquisa psicanalítica, orientada e em interação com a teoria que a precede, é dirigida à dinâmica psíquica que subjaz ao fenômeno observado. Ora, essa dinâmica é, por hipótese, inacessível à observação: o que se observa são as manifestações dessa dinâmica. Ainda que se montem questionários, que se façam pesquisas com perguntas cuidadosamente escolhidas e previamente testadas, as respostas do sujeito jamais poderão ser verificáveis, por estarem subordinadas ao universo fantasmático. Este, por sua vez, é intimamente ligado aos conteúdos do recalcado próprio a cada ser humano: é no recalcado que se encontra a história das escolhas de objeto, a das pulsões, assim como os caminhos do desejo. Isso significa que,

por mais que o sujeito se esforce para responder “objetivamente”, os recalcos presentes desde o início de sua vida impedem o acesso aos cenários fantasmáticos que alicerçam aquilo que ele está nos comunicando.

Complementado essas ideias, Bleger (1971, p. 125) diz: “O dado psicanalítico é uma relação interpessoal em que o psicanalista se vê incluído e que por sua vez configura em certa proporção o caráter dos ‘dados’”. É impossível ter acesso ao fenômeno tal como ele é, já que os dados obtidos são resultantes da relação que se estabelece entre pesquisador e pesquisado, o observador “é parte do campo, quer dizer, que em certa medida condiciona os fenômenos que ele mesmo vai registrar” (Bleger, 1980, p. 18).

O campo observacional é construído na interação entre o pesquisador e seu interlocutor, num processo de realimentação mútua (transferência). Está em jogo a posição em relação ao interlocutor, os laços discursivos que se estabelecem de modo que as dimensões diante dos ideais e a imagem de si compareçam ao lado da implicação nas ações, nos excessos não reconhecidos. Logo, não há um dado a ser observado, buscado ou revelado – o dado se constrói na relação, relação transferencial.

### A transferência e a entrevista

Descoberta na relação analítica, a transferência é um dos postulados básicos da teoria psicanalítica, e qualquer elaboração teórica que se defina como psicanálise deve considerá-la. A transferência não é um fenômeno exclusivo dessa relação e aparece, em maior ou menor intensidade, em todas as relações interpessoais. Na situação de entrevista não é diferente, e a transferência deve ser utilizada como instrumento técnico de observação e compreensão (Bleger, 1980).

Para Caon (1994), a transferência é o fundamento comum ao tratamento e à situação psicanalítica de pesquisa. A diferença entre essas duas situações está no manejo da transferência: enquanto no tratamento a transferência deve ser diluída, na situação de pesquisa deve ser instrumentalizada para produção do texto metapsicológico. Segundo Iribarry (2003), a transferência instrumentalizada:

é o processo por meio do qual o pesquisador se dirige ao dado de pesquisa situado pelo texto dos colaboradores e relaciona seus achados com a literatura trabalhada e procura, além disso, elaborar impressões que reúnem as suas expectativas diante do problema de pesquisa e as impressões dos participantes que fornecem suas contribuições na forma de dados coletados. (p. 129)

Na situação de pesquisa, especificamente quando da utilização de entrevistas, Costa e Poli (2006) destacam a necessidade de se preservar a experiência psicanalítica (5) também nos contextos exteriores à clínica. As

autoras dão especial destaque à transferência, uma vez que o “‘sujeito do inconsciente’ é resultante de um laço discursivo, que vai ser reproduzido na transferência” (p. 16). Assim, uma pré-condição para a realização da pesquisa em psicanálise é que a entrevista esteja pautada nesse pressuposto. Para Costa e Poli (2006),

Operar com o inconsciente implica, pois, a suposição de um saber que ‘não se sabe’ mas que é suposto. As condições de produção de conhecimentos sobre este ‘insabido’ são internas ao campo relacional que o constitui. A isso denominamos em psicanálise ‘transferência’. Não é, pois, um saber prévio que já estava ali, no ‘entrevistado’, como um dado a ser colhido pelo ‘entrevistador’. É algo que se situa num espaço transferencial em que o ‘insabido’ se expressa como formações do inconsciente. Logo, ele inclui o pesquisador na própria formação. (Costa & Poli, 2006, p. 17)

Quando a entrevista é realizada fora do contexto da clínica, uma dificuldade que aparece é que a demanda é do pesquisador, e não do entrevistado (Costa & Poli, 2006). Na clínica, a escuta do analista implica que este ocupe o lugar de “suposto-saber” sobre o sujeito, “uma estratégia para que o sujeito, supondo que fala para quem sabe sobre ele, fale e possa escutar-se e apropriar-se de seu discurso” (Rosa, 2006, p. 186). Já nos contextos exteriores à clínica, há uma inversão do modelo, pois é o pesquisador quem supõe que o entrevistado saiba algo. A demanda do pesquisador deve ser suficientemente ampla para propiciar “ao entrevistado formular sua própria questão e responder a ela, na transferência, de forma singular, sem pressões prévias”. (Costa & Poli, 2006, p. 19).

Já em relação à escuta do analista pesquisador, um dificultador pode ser sua resistência, que se manifesta sob a forma de ficar demasiadamente preso à teoria, às suas hipóteses, e não atentar para a especificidade da fala do sujeito (Rosa, 2006). Outro aspecto que facilita a resistência pode ser o confronto de lugares sociais diferentes e antagônicos aos do pesquisador, como quando o pesquisado vive situação de exclusão social. Nesse caso, a relação que se estabelece é marcada pela oposição dos lugares sociais que ocupam o analista e o sujeito: a inclusão e a exclusão. O analista pode se deter exclusivamente sobre o peso da situação social e ter dificuldade em escutar o sujeito. Outras dificuldades relacionadas à escuta do analista, apontadas por Nicoletti (2000), dizem respeito à responsabilização ou vitimização do sujeito por sua condição. Na primeira situação, não é considerado o contexto social em que o sujeito está inserido, enquanto na segunda se nega ao sujeito sua condição de desejante. Para Rosa (2006), a resistência do analista serve para evitar a escuta do sujeito em situação de exclusão social. Escutar esses sujeitos implica remover o recalque que nos permite conviver com o outro miserável, e “romper com o

pacto de silêncio do grupo social ao qual pertencemos” implica um posicionamento ético e político.

Embora essas considerações sobre os entraves que podem ocorrer na escuta do psicanalista digam respeito a situações de atendimento clínico, o mesmo também se pode aplicar às pesquisas que envolvem esses sujeitos. Se no primeiro caso a resistência do analista traz dificuldades ao tratamento, no segundo o pesquisador pode ter dificuldade em obter os dados e/ou analisá-los de forma equivocada. Em ambas as situações, não se pode perder de vista o contexto social e político-institucional no qual esse sujeito está inserido. Convém atentar para o posicionamento ético e político do pesquisador diante das realidades que aborda.

### A análise dos dados

O método da pesquisa psicanalítica, segundo Iribarry (2003), não traz novidades quanto à escolha dos participantes ou técnicas utilizadas. A “novidade são os dispositivos metodológicos utilizados nos procedimentos de análise dos dados” (p. 124). Os procedimentos de coleta de dados podem ser vários. “O mais importante é que o pesquisador transforme sempre seu dado em texto” (p. 125).

A análise dos dados, na pesquisa psicanalítica, deve ser orientada pela escuta e transferência instrumentalizada do pesquisador em relação ao texto. A escuta, na clínica, tem como base a teoria e a atenção à fala do analisando. Na pesquisa o processo é semelhante, só que, ao invés da fala, trabalha-se com o texto escrito e busca-se “identificar significantes cujo sentido assume o caráter de uma contribuição original para o problema de pesquisa norteador da investigação” (Iribarry, 2003, p. 129).

A experiência com os dados é transformada em texto que identifica e realça marcas no discurso, posições, efeitos de sentido. A escrita do caso vai além de uma apreensão circunstancial e momentânea do observado, pois envolve uma construção, a construção do caso metodológico, que transforma os registros daquilo que se apresenta como enigma em um relato, uma narrativa, uma experimentação e teorização de um campo. O caso revela não só o pesquisado, mas também aquele que escuta e as sinuosidades do campo que transita. “Não seria o caso clínico um entre parênteses, indicando um encontro interrompido entre alguém que fala e outro que escuta no limite do fantasma que o suporta e da teoria que o orienta?”, pergunta-se Sousa (2000, p. 17). O caso não se confunde com a história, não é biográfico. “É ficção clínica, resultado de uma hipótese teórica” (Sousa, 2000, p. 19).

Mesmo sendo uma pesquisa do particular, a singularidade “de cada acontecimento não impede o estabelecimento de constantes gerais, quer dizer, das



condições que se repetem com mais frequência. O individual não exclui o geral, nem a possibilidade de introduzir a abstração e categorias de análise.” (Bleger, 1980, p.20). O modo singular de enredamento no laço social é elucidativo das estratégias de controle do campo social e fornece elementos fundamentais para a compreensão do fenômeno estudado.

### Para finalizar, algumas recomendações

Ao dedicar-se ao estudo de fenômenos sociais e políticos, cabe ao pesquisador psicanalítico munir-se dos conhecimentos necessários e compartilhar minimamente dos conhecimentos produzidos sobre as condições que determinaram tais fenômenos. Nesse sentido, a referência à história, à sociologia e à antropologia torna-se fundamental.

Por outro lado, também é fundamental a delimitação da parte do campo que cabe à psicanálise. Para pensar a questão da delimitação dos campos, cito dois trechos de textos de Candido (1965/2000), em que o autor se refere ao lugar da sociologia no estudo do fenômeno literário.

O primeiro cuidado em nossos dias é, portanto, delimitar os campos e fazer sentir que a sociologia não passa, neste caso, de disciplina auxiliar; não pretende explicar o fenômeno literário ou artístico, mas apenas esclarecer alguns de seus aspectos. Em relação ao grande número de fatos desta natureza, a análise sociológica é ineficaz, e só desorientaria a interpretação; quanto a outros, pode ser considerada útil; para um terceiro grupo, finalmente, é indispensável. (p. 18)

E ainda:

Por isso, para não ser acusada de onívora e totalitária, a sociologia não pode pretender o lugar da teoria literária. Embora possa constituir um elemento importante para a análise estrutural, o que propriamente lhe cabe são os aspectos sociais da criação, da apreciação, da circulação das obras. (p. 43)

No caso da contribuição da psicanálise ao estudo do campo social e político, não lhe cabe a pretensão de esgotar, por si só, o fenômeno: cabe-lhe esclarecer uma parcela dos seus aspectos, ainda que uma parcela fundamental. Sem pretensão de substituir a análise sociológica, cabe à psicanálise incidir sobre o que escapa a essa análise, isto é, sobre a dimensão inconsciente presente nas práticas sociais.

Para Enriquez (1999), cabe à psicanálise incidir sobre aqueles fenômenos que “as teorias sociológicas tendem a deixar à sombra ou a ocultar deliberadamente” (p. 12). Mas adverte:

Não se trata, ainda, de aplicar pura e tranquilamente os conceitos psicanalíticos aos movimentos sociais. Neste ponto é preciso ser bastante preciso. Assistimos

a muitos reducionismos simplificadores, o que me fez extremamente desconfiado das tentativas deste gênero, onde as explicações generalizadoras sobre o desejo de morte do pai, a rivalidade edipiana, o estilo de enrolar crianças, encontram lugar privilegiado de reflexão e demonstração, esvaziando os fenômenos sociais do peso de sua realidade histórica. (pp. 15-16)

Já Figueiredo (2000) recomenda cautela no emprego dos conceitos psicanalíticos no estudo de fenômenos históricos e sociais. Para ele, nada mais empobrecedor do que a mera aplicação desses conceitos como ilustração do que a teoria, supostamente, já sabe, tanto na clínica quanto no estudo do social. Além disso, quanto mais complexa for a realidade estudada, mais importante torna-se o rigor conceitual.

Tais cuidados são fundamentais para que a pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos possa efetivamente contribuir para a elucidação dos modos como os sujeitos são enredados nas malhas da dominação, de modo a indicar possíveis saídas individuais, sociais e políticas.

### Notas

- <sup>1</sup> Tradução nossa.
- <sup>2</sup> Ver Rosa (2004).
- <sup>3</sup> Optamos por usar o termo pulsão e não instinto como aparece na tradução utilizada, porque pulsão é a tradução mais adequada do termo *Trieb* empregado por Freud, no original alemão.
- <sup>4</sup> Ver Rosa (2007).
- <sup>5</sup> “O campo da experiência psicanalítica distingue-se, assim, do terreno do experimento observacional, o qual se destina à verificação objetiva imediata e pressupõe uma relação de exterioridade entre o sujeito da experimentação e o objeto da experiência. Ocorre que o *objeto* da investigação analítica é o mesmo *sujeito* do inconsciente, sujeito de desejo”. (Palombini, 1999, p. 163)

### Referências

- Bleger, J. (1971). Cuestiones metodológicas del psicoanálisis. In D. Ziziensky (Ed.), *Métodos de investigación en psicología y psicopatología* (pp.113-131). Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión.
- Bleger, J. (1980). A entrevista psicológica: seu emprego no diagnóstico e na investigação. In *Temas de psicología: entrevista e grupos* (pp. 9-41). São Paulo: Martins Fontes.
- Candido, A. (2000). *Literatura e sociedade* (8ª ed.). São Paulo: T. A. Queiróz/Publifolha. (Original publicado em 1965)
- Caon, J. L. (1994). O pesquisador psicanalítico e a situação psicanalítica de pesquisa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 7(2), 145-174.
- Celes, L. (2000). Da Psicanálise à metapsicologia: uma reflexão metodológica. *Estados Gerais da psicanálise*, São Paulo. Acesso 05 de janeiro, 2009, em <http://www.geocities.com/hotspots/villa/3170/Celes.htm>

- Costa, A. & Poli, M. C. (2006). Alguns fundamentos da entrevista na pesquisa em psicanálise. *Pulsional: Revista de Psicanálise*, 19(188), 14-21.
- Einstein, A. & Freud, S. (2004). *Por que a guerra? Cartas entre Einstein e Freud* (Original publicado em 1932). Acesso em 05 de janeiro, 2009, em <http://www.terra-quadrada.com.br/terra/modules.php?op=modload&name=News&file=article&sid=82&mode=thread&order=0&thold=0>
- Elia, L. (2000). Psicanálise: clínica e pesquisa. In S. Albertini & L. Elia (Orgs.), *Clínica e pesquisa em Psicanálise* (pp.19-35). Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos.
- Enriquez, E. (1999). *Da horda ao estado: Psicanálise do vínculo social*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Enriquez, E. (2005). Psicanálise e Ciências Sociais. *Agora*, 8(2), 153-174. Acesso em 10 de julho, 2008, em <http://www.scielo.br/pdf/agora/v8n2/a01v8n2.pdf>
- Farias, F. R. (1996). A pesquisa em psicanálise: o cogito cartesiano e o inconsciente freudiano. In F. R. Farias (Org.), *Freud: o interesse científico de uma filosofia inquieta* (pp. 19-39). Rio de Janeiro: Revinter.
- Figueiredo, L. C. (2000). Sobre pais e irmãos: mazelas da democracia no Brasil. In M. R. Kehl (Org.), *Função fraterna* (pp.145-170). Rio de Janeiro: Relume Drumará.
- Freud, S. (1973). Psicología de las masas y analisis del yo (Luis Lopez-Ballesteros & De Torres, Trans.). In *Obras Completas* (Vol. III, pp. 2563-2610). Madrid: Biblioteca Nueva. (Original publicado em 1921)
- Freud, S. (1973). Analisis profano: psicoanálisis y medicina. (Luis Lopez-Ballesteros & De Torres, Trans.). In *Obras Completas* (Vol. III, pp. 2911-2958). Madrid: Biblioteca Nueva. (Original publicado em 1926)
- Freud, S. (1973). Moisés y la religión monoteísta: tres ensayos (Luis Lopez-Ballesteros & De Torres, Trans.). In *Obras Completas* (Vol. III, pp. 3241-3324). Madrid: Biblioteca Nueva. (Original publicado em 1939)
- Furlan, R. (2008). A questão do método na psicologia. *Psicologia em Estudo*, 13(1), 25-33. Acesso em 10 de julho, 2008, em <http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n1/v13n1a03.pdf>
- Hanson, N. R. (1975). Observação e interpretação. In S. Morgenbesser (Org.), *Filosofia da ciência* (2ª ed., pp. 127-138). São Paulo: Cultrix
- Iribarry, I. N. (2003). O que é pesquisa psicanalítica? *Agora*, 6(1), 115-138.
- Lacan, J. (2003). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In *Outros Escritos* (pp. 248-264). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1967)
- Laplanche, J. (1992). A psicanálise extramuros. In *Novos fundamentos para a psicanálise* (pp. 11-12). São Paulo: Martins Fontes.
- Mezan, R. (1994). Pesquisa teórica em psicanálise. *Revista Psicanálise e Universidade*, 2, 51-75.
- Mezan, R. (1995). *Freud, pensador da cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- Nicoletti, E. (2000). Alojamento o desamparo. *Revista Psicoanálisis y el hospital*, 17, 8-12.
- Palombini, A. de L. (1999). Fundamentos para uma crítica da epistemologia da Psicanálise. *Agora*, 2(2), 53-70.
- Plon, M. (1999). A face oculta da análise leiga. *Agora*, 2(1), 91-108.
- Poli, M. C. (2005). Pesquisa em Psicanálise. *Revista da APPOA*, 29, 42-47.
- Rosa, M. D. (2004). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 4(2) 329-348. Acesso em 25 de setembro, 2005, em <http://www.unifor.br/notitia/file/184.pdf>
- Rosa, M. D. (2006). Uma escuta psicanalítica de jovens de periferia. In S. Altoé (Org.), *A lei e as leis* (pp.183-194). Rio de Janeiro: Revinter.
- Rosa, M. D. (2007, 27 de junho). Por que a guerra?: a atualidade do diálogo entre Einstein e Freud [Resumo]. *Conferência Guerra e Paz: contribuições da psicanálise e situação do Timor Leste*. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Acesso em 05 de janeiro, 2009, em <http://www.ces.uc.pt/misc/gp.php>
- Roudinesco, E. (1994). *Jacques Lacan: esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sousa, E. (2000). (A vida entre parêntesis): o caso clínico como ficção. *Psicologia Clínica*, 12,(1), 11-19.
- Souza, O. (1991). Reflexões sobre a extensão dos conceitos e da prática psicanalítica. In L. T. Aragão (Org.), *Clínica do social: ensaios* (pp. 91-108). São Paulo: Escuta.

Recebido em: 11-08-2008

1ª. Revisão em: 24-10-2008

2ª. Revisão em: 08-07-2009

Aceite final em: 12-07-2009

Miriam Debieux Rosa é Professora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da PUC-SP e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da USP. Endereço: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/ PPG em Psicologia Social. Rua Ministro Godói, 969, Bloco A, 4º andar, Sala 4E-10. Perdizes. São Paulo/SP. CEP 05015-901. E-mail: debieux@terra.com.br

Eliane Domingues é Professora da Universidade Estadual de Maringá-PR, Mestre e Doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP, Bolsista do CNPq e da CAPES. Endereço: Universidade Estadual de Maringá/ Departamento de Psicologia. Av. Colombo, 5790. Maringá/PR. CEP 87020-900. E-mail: edomingues@uem.br

### Como citar:

Rosa, M. D. & Domingues, E. (2010). O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 180-188.